

Floyd, R. “Mind, State, and Metaphor”, *Metaphilosophy*, 47: 406-425. doi:10.1111/meta.12189

Quantos dos conceitos de que fazemos uso teórico não são resultantes de uma tendência para a adoção da metáfora como génese para grupos lexicais particulares agora incorporados na nossa linguagem comum? Esta é, em certa medida, a principal questão colocada por Richard Floyd. Partindo de uma análise centrada, sobretudo, no advento da IA com o trabalho de Alan Turing na década de 1950, aquando da publicação de “Computing machinery and intelligence” (1950), e do acompanhamento da mesma no campo de uma teoria da mente, então funcionalista, como teorizada por Hillary Putnam, Floyd dá-nos a entender o que torna esta uma disciplina de mérito próprio à filosofia, independentemente de contribuições que possamos receber de tantos outros campos de interesse sobre a mesma.

A distinção inicial da qual Floyd parte, entre uma visão *reificatória* e uma visão *não-reificatória* de propriedades mentais, entre as quais inclui crenças, desejos, ou esperanças, simplifica distinções que, entretanto, emergiram em filosofia da mente na segunda metade do século, mas nas quais Floyd não toca diretamente neste trabalho. Antes, escolhe desacentuar essa taxonomia, atribuindo à primeira parte da distinção, a de ‘coisificação’ da propriedade mental, o foco atual na atitude proposicional e, à segunda, as teses filosóficas de nomes como Ryle e Wittgenstein. Assume, desde logo, que a visão reificatória da mente é a mais popular e, provavelmente, a correta, encontrando na mesma uma suposição de internismo que atribuímos espontaneamente às propriedades mentais. A proposta de Floyd, que procura contrariar a naturalidade com que fazemos esta afirmação, inicia-se aqui: esta é, na verdade, a visão mais introduzida na nossa linguagem e na conceção de nós mesmos e do outro enquanto sujeitos portadores de propriedades mentais, mas o que denominamos de estado mental surgiu algo surpreendentemente, dado o contexto em que emergiu, e atitudes proposicionais, sobretudo crenças, foram apreendidas nesta evolução do estado de coisas em teoria da mente. Nos anos 60 e 70, com a introdução de modelos computacionais em psicologia ou em filosofia da linguagem e da mente, como análogos lógicos numa tese funcionalista, esta camuflagem do que passou a ser comumente denominado no campo léxico do mental tornou-se a regra. Para delinear esta evolução, Floyd começará por articular alguns elementos na teoria da mente das décadas de 50 e 60, e irá sugerir que sem a influência de Turing em IA, a nossa ideia de estado mental seria muito diferente da que hoje tomamos por segura. Daqui partirá para o papel que a linguagem e a metáfora (conceptual) tiveram, e como a sua influência fortaleceu a que Turing exerceu com o seu próprio trabalho.

‘*What should have happened after Ryle*’ e ‘*What actually happened*’ são dois contra-pontos apropriados para abordar a história da filosofia da mente na segunda metade do século XX. Até Ryle, afirma o autor, uma maioria acreditava que a mente era ‘objetificada’, e que era possível atribuir a esse objeto, que estaria unido ao corpo de alguma forma, propriedades mentais. O principal problema deste dualismo, o da

substância cartesiana, que Ryle veio a rejeitar, era o de atribuir estas propriedades e estados a algo, ou colocá-los em algo cuja natureza era tão desconhecida. Pela incongruência sugerida, surge no início dos anos 50 uma vontade em renunciar a esta atribuição do mental, constituindo-o como não mais que uma vaga noção, um grupo de elementos com algumas semelhanças, que não deixariam, por isso, de ser, em grande parte, vazios. Ryle (e Wittgenstein) procuraram alertar para esta necessidade de nos separarmos da tese dualista, e de ‘procurarmos na linguagem psicológica e nos termos que contem’ o que nos permita entender se estados mentais são algo cuja existência possa, e deva ser afirmada. O resultado teria sido uma ‘realidade radicalmente diferente’ da que estaria presente na expressão ‘estados de um objeto imaterial’. O que aconteceu, porém, foi que ao invés da promoção de um desapego a algo como estados mentais, passou a falar-se não de estados mentais como imateriais, mas como materiais, tornando a expressão mais significativa que antes. Como Floyd diz: ‘a caixa que havia sido aberta no início da década de 1950, estaria fechada no seu fim’. E isto ter-se-á devido, especialmente, a duas publicações: a já referida “Computing machinery and intelligence” de Turing, e “Minds and Machines” de Putnam (1960).

A relação é por nós conhecida e poderá ser colocada, muito sinteticamente, da seguinte forma: Turing questiona se uma máquina pode pensar, apresentando o seu estado interno como expressivo de um output visível, e Putnam, afirmando estes estados lógicos da máquina como interrelacionais, e como estabelecendo relações possíveis com outros estados, questiona se a mente não poderá, por sua vez, ser vista como uma espécie de máquina. Conforme a citação utilizada por Floyd (2016: 410), Putnam vê duas possibilidades: uma fisicalista, e uma mais abstrata, definida em termos de estados mentais (de realização física, se alguma, não especificada) e impressões, procurando especificar a relação que se dá entre diferentes estados e a possibilidade de verbalização dos mesmos num sinal exterior. A tese de Putnam, lembra Floyd, inserir-se-ia então num sistema funcionalista, em que estados mentais seriam ‘estados funcionais de um organismo’.

Uma terceira obra é colocada em referência, “A Materialist Theory of Mind” (1968) de David Armstrong. O propósito de Floyd em distinguir Armstrong reside na atribuição ao ‘objeto mental’ de um referente orgânico no cérebro. Estabelecidos os alicerces, Floyd sugere o quão determinante foi o trabalho de Turing em IA, e o quão diferente seria o cenário que temos sem o mesmo. Um caso particular dessa possibilidade seria o da crença, que interpretada à luz de uma relação causal entre estados internos e, desse modo, integrante da tese de Putnam, teria sido um forte elemento contra a mesma, evitando uma tradução do estado mental em algo de expressão verbal visível. Contudo, o que Floyd procura afirmar é algo diferente, e esta primeira sugestão servirá apenas de premissa à sua conclusão final.

O trabalho de Turing teria já caído em ‘terreno fértil’, terreno este que terá sido moldado pela filosofia analítica da primeira metade do século. De acordo com Floyd, somos atraídos para a reificação não só da mente, mas de quase tudo: a nossa ‘lin-

guagem psicológica' é demasiado sugestiva para oferecermos séria resistência, pelo menos no emprego comum que fazemos da linguagem. Olhando então primeiro à linguagem quotidiana ou, pelo menos, à que difere da que empregamos num programa filosófico, Floyd não encontra uma resposta suficiente para olhar à diferença entre a sua 'gramática de superfície' e a sua 'forma lógica'. Por este motivo, escolhe focar-se no papel de algo que lhe parece ser comprovadamente mais influente, a *metáfora conceptual*, distinta da metáfora estilística. As metáforas conceptuais são as que "não aplicamos conscientemente ou deliberadamente porque estão embebidas na estrutura da nossa linguagem quotidiana" (2016: 414). Fazemos, portanto, uso seu sem nos darmos conta da prevalência da mesma na nossa atividade discursiva. Apesar da redundância dos exemplos dados por Floyd, o seu propósito é claro: a metáfora torna-se ela mesmo redundante pela aplicação frequente, e muitas vezes desnecessária que dela fazemos, ao ponto de se poder tornar uma 'metáfora morta' que, ainda, assim, vive não só na expressão linguística que dela fazemos, mas na forma como agimos. A crença, mais uma vez, torna-se uma sugestão apropriada: não a podemos expressar verbalmente de modo convincente, mas a nossa ação determina o seu alcance enquanto manifestação de um valor de verdade que lhe atribuímos. A ocorrência da 'metáfora conceptual' toma, pois, um papel relevante também no discurso filosófico, nomeadamente quando fazemos uso conceptual de termos pertencentes um primeiro domínio para compreendermos fenómenos pertencentes a um segundo.

Tomando por estabelecido que a metáfora exerce uma influência sobre o pensamento e 'logo, sobre a teoria', e independente dos argumentos que possamos colocar contra a simplicidade deste esquema, a atribuição do mental como prejudicial é pertinentemente lida por Floyd à luz do §308 das Investigações Filosóficas de Wittgenstein: estas formas de atribuição, e de comparação entre mente e máquina, provocam um estreitamento nas possibilidades de entendimento que podemos ter destes fenómenos, pois resultam de um compromisso que fazemos com as mesmas, e que ultrapassa em muito o que sabemos acerca daqueles. Atravessar a tese de Putnam para chegar à de Armstrong na década de 1960 torna-se agora simples. Floyd faz notar que, seu trabalho, Putnam havia equiparado a pessoa, e não só a mente, à máquina de Turing, de forma a especificar um *propósito* da máquina e a evidenciar que as relações entre os estados internos da mesma contribuiriam para o seu alcance. Não explicaria, contudo, como este processo se realizaria e como a articulação entre estados internos da máquina resultaria na concretização do mesmo. Na década de 80, com publicações como Razão, Verdade e História (1992), Putnam rejeitaria a sua tese inicial por negar à mente a computacionalidade plástica que a máquina não conseguia replicar, e pelos problemas de referência que daí surgiriam, conforme argumenta no mesmo texto. Armstrong, por sua vez, ao colocar a ênfase do mental no cérebro, toma, para Floyd, uma responsabilidade maior. Perante a utilização já sistemática e prevalecente de uma metáfora nas quase duas décadas que antecederam a publicação do seu trabalho, esperar-se-ia que pelo menos a *imagem* que a metáfora

propõe fosse colocada em causa. Floyd identifica o mesmo problema em Dretske: há um tomar por segura a conformação entre uma teoria da mente e a expressão linguística que nos dá, sem considerar que se colocam problemas face aos quais essa atitude equivale a um desvio de proposta de uma resposta. É necessário, caso aceitemos o que a metáfora nos dá, justificar essa aceitação.

Dissemos inicialmente, e reforçamos como Floyd o faz em jeito de conclusão, que o que nos apresenta não é uma forma de ‘racionalizar’ a visão reificatória da mente, mas de nos lembrar que a naturalidade com que a empregamos tem os seus perigos. Esta visão terá surgido para estudar com mais detalhe a natureza de alguns conceitos ‘pré-teoréticos’, mas falha ao ignorar que muitos são meramente metafóricos. E a metáfora, tal como está embebida na nossa linguagem, tem precisamente o propósito de auxiliar-nos na compreensão e verbalização de fenómenos. A afirmação do papel da metáfora como Floyd a faz tem dupla importância. Em primeiro lugar, acentua a necessidade da filosofia em teorizar a mente, e o quão necessário pode ser o despreendimento dessa mesma denominação para nos apercebermos da nossa possibilidade de intervenção. Abraçar essa indefinição, como Wittgenstein havia proposto, pode ser abraçar o potencial filosófico que este domínio viria a oferecer. Em segundo lugar, importa que Floyd não rejeite a visão reificatória da mente. Existe um motivo pelo qual temos esta tendência a precisar linguisticamente aquilo que referimos, seja por via da metáfora ou por via de uma consequente adoção de um ‘novo’ léxico.

*João Mourão*

Universidade Nova de Lisboa

[joaomourao@fcsh.unl.pt](mailto:joaomourao@fcsh.unl.pt)

PTDC/FER-FIL/32203/2017

ORCID: 0000-0001-9987-7459

DOI: [https://doi.org/10.14195/0872-0851\\_63\\_6](https://doi.org/10.14195/0872-0851_63_6)